

UM COMERCIANTE DE GROSSO TRATO

EM GUARATINGUETÁ - 1827

Joaquim Roberto Fagundes

O comerciante de grosso trato ou “a grosso”, denominação típica do século XIX, era, antes de tudo, o homem que se dedicava aos vários segmentos do comércio, diversificando suas atividades para outras áreas, como a agricultura, a condução de tropas, a pecuária e ao empréstimo de dinheiro a juros (prestamista ou capitalista).

A ação desse homem teve origem em Portugal, mas sua presença no Brasil intensificou-se no século XVIII, como resultado de um grande esforço mercantil, do qual o Rei agia como empresário e a Corte como uma casa de negócios¹, gerando uma onda propagadora que atingiu o pequeno comerciante e o aventureiro no Brasil colônia, como possibilidade de participar das riquezas geradas sem a necessidade de trabalhar duro na produção agrícola ou mineradora², estendendo-se para o século XIX adentro, das mais variadas formas e em graus diferentes de acúmulo de capitais, num meio de freqüente risco de oscilação³. O sucesso da atividade, para alguns, foi também resultado

¹ Honda, p. 113.

² Sampaio (p. 15) destaca a precariedade de sustentação da atividade agrícola dos engenhos fluminenses, o que pode sugerir, também, a tentativa de diversos indivíduos de tentar a sorte no comércio ao invés da cultura agrícola, uma vez que aquela sempre auxiliava esta última através do sistema de crédito.

³ Op. cit., p. 114.

da fase do ouro nas Minas Gerais, principalmente nas regiões compreendidas entre esta última, Rio de Janeiro⁴ e São Paulo. Portanto, um pilar importante para conhecer a economia regional do país e compreender a vida particular e profissional desses comerciantes⁵, muito além do café e da cana-de-açúcar, considerada como a única espinha dorsal do sistema colonial, baseada no excedente da colônia⁶. Bem como, também é preciso ver os intrincados laços de parentesco e amizade, sempre lembrados, pois assim o sistema funcionava, com a ajuda daqueles que gostariam de obter algum cabedal junto ao comerciante de grosso trato⁷.

No Vale do Paraíba, durante os séculos XVIII e XIX, comerciantes de várias categorias são encontrados em documentos produzidos pelo Estado e pela Igreja⁸, principalmente nos Maços de População⁹ e nos inventários *post-mortem*. Renato Leite Marcondes em sua obra ressalta as diversas modalidades de comerciantes de pequeno porte e Carlos Eugênio também mostra com clareza, em meados do XVIII, a atuação do Capitão-mór Antônio Galvão de França no comércio intraregional, facilmente visível pelo rol dos seus devedores lançados no inventário da esposa¹⁰. Como também mostra, em outra obra, sobre a vida do

⁴ Segundo Sampaio, que estudou as formas de acumulação mercantil de negociantes da praça do Rio de Janeiro, esses também passaram a controlar o sistema de crédito na localidade, demonstrando a importância do seu desempenho na economia colonial desde o século XVIII (p. 17).

⁵ Op. cit., p. 113, citando Virginia Rau.

⁶ Op. cit., p. 114. É bom frisar que esse sistema de exploração do excedente não é rígido, tendo os comerciantes também aproveitado dos lucros dessa atividade, dentro de um quadro complicado de relacionamentos sociais.

⁷ Op. cit., p. 114.

⁸ Op. cit., p. 113, ressalta tal assertiva citando Amaral Lapa.

⁹ Os maços de população ou Recenseamento das Ordenanças é um verdadeiro censo da população paulista entre os anos de 1765 e 1836, contendo informações primordiais sobre a vida de cada família..

¹⁰ Trata-se do inventário de Dona Isabel Leite de Barros (Museu Frei Galvão - Arquivo Memória de Guaratinguetá - caixa 23 - 1755), no qual o monte mor alcançou a alta cifra de 55:000\$000.

Visconde de Guaratinguetá, o filho de um pintor que ascendeu econômica e socialmente através do comércio de loja de fazendas secas, reinvestindo os lucros na compra de terras, escravos e no plantio do café. Outros historiadores também se dedicaram ao tema, em caráter mais amplo, principalmente João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Garcia Florentino, que trabalharam o tema tendo como base a praça do Rio de Janeiro e o comércio internacional de cabotagem.

Lucila Herrmann também aborda o assunto, em pequena proporção, destacando o comércio de beira de estrada, que tomou propulsão com o advento da cana de açúcar e do café em Guaratinguetá (1805-1836), principalmente nos bairros de Aparecida e Jararaca, localizados no curso da estrada SP-RJ¹¹. Segundo a autora, o desenvolvimento do comércio era facilitado pelo contato direto com o Rio de Janeiro, e com a possibilidade dos grandes senhores de engenho adquirirem produtos de luxo vindos da corte, principalmente itens ligados à moda¹².

Nesse contexto, no primeiro quartel do século XIX, encontramos nos recenseamentos das ordenanças de Guaratinguetá somente um comerciante dessa natureza; o único a ter sua casa de sobrado retratada por Debret, em 1827: José Monteiro Silva

¹¹ Herrmann, p. 56 e 123.

¹² Op. cit., p. 56.

Alferes José Monteiro Silva era natural da vila de Cunha, onde foi batizado em 28/04/1762, filho de filho de Antônio Monteiro Silva e Eugênia Francisca de Gouvêa, agricultores na localidade.

A primeira fase da vida viveu no lar paterno, sob “pátrio poder”, até se estabelecer como agricultor, e casar-se, pela primeira vez, com Francisca Isabel da Conceição (sua prima), batizada em 13/10/1774 em Cunha, filha de João Monteiro Silva e de Clara Maria dos Santos, possuidores de extensas terras na vila.

Foi proprietário da casa grande retratada por Debret, em 1827, localizada na atual Rua Visconde de Guaratinguetá, no trecho que vai desde a ponte do ribeirão dos Motas até os fundos da Catedral de Santo Antônio. E, que Saint-Hilaire (1822) ao descrever a localização de Guaratinguetá, confirma em parte:

“Ao entrar na cidade, quando se vem do Rio de Janeiro, transpõe-se numa ponte de madeira um riacho, chamado de São Gonçalo. Do lado oposto, atravessa-se outro ribeirão, o Ribeirão dos Mortos [Motas] e assim a parte mais considerável da cidade fica entre esses dois rios” (p. 88).

acrescentando estar a vila situada numa colina de pequena altura, dominada por outras e muito mais comprida do que larga, exatamente como na imagem, onde aparecem um riacho, uma ponte e uma colina com a aparência de um pequeno núcleo urbano.

E, que sem dúvidas, o relevo também confirma: as colinas existentes nas proximidades do antigo posto de gasolina do Rui, atrás do Colégio do Carmo, do lado direito da Rodovia Presidente Dutra, sentido São Paulo-Rio de Janeiro, são idênticas as retratadas no fundo, à direita da imagem, perfeitamente visíveis da parte mais alta da Rua Siqueira Campos. A inclinação do terreno, do lado direito do desenho, de frente para a casa assobradada, é semelhante a da atual rua Flamínio Lessa. Além disso, o pequeno aglomerado de casas, no alto da colina, se encaixa perfeitamente nas descrições encontradas nos inventários do primeiro quartel do século XIX, nas imediações da atual rua Coronel Virgílio

Presume-se, portanto, que o artista estivesse posicionado próximo ao prédio da Escola Estadual Conselheiro Rodrigues Alves, e que tenha terminado a obra posteriormente, em face da sua imperfeição, largueza e profundidade, exatamente como o desenho de Taubaté, que Martins Alves definiu como “*sensação rememorada do confinamento*” (p. 10).

No seu inventário (1827) aparece a outra prova cabal, uma perfeita consonância entre texto documental e imagem primitiva. A chácara, as casas e

os ranchos da ponte do Galvão e do bairro da Figueira são descritos como na aquarela:

“ [...] Uma morada de casas de sobrado, grandes, de quatro frentes, com área no meio, sacadas para a frente da rua, com os altos já pintados, acabados de forrar, com todas as que já estão prontos a saber: óleo, tinta, vidros para as janelas, papel para forrar paredes com sua cozinha também de sobrado mista as mesmas casas e um rancho de passageiros pegados a elas na frente com todas as plantações e fundos que existem murado de taipa e cercados de valo da parte do ribeirão, tudo visto e avaliado na quantia de três contos e quatrocentos mil réis [...]”.

É a casa grande de sobrado, do lado esquerdo da imagem. E a casa menor, do mesmo lado, anexa ao rancho de passageiros (onde se vêem animais de tropas), dentro do terreno da chácara, construídas entre 1822 e 1827, portanto, depois da passagem de Saint-Hilaire. Os puxados e anexos eram construções típicas do período colonial, assim como o terreno murado de taipa e o portão em

duas colunas altas, como representando uma fortaleza ou um feudo. A casa é centralizada e o terreno frontal era usado para tropas e realização de negócios.

“[...] uma morada de casas citas na ponte denominada do Galvão, do lado direito, de dois lanços, paredes de mão, cobertas de telha, com seus competentes fundos, que divide com a chácara grande por um chanfrado, vistos e avaliados na quantia de cento e oitenta mil réis [...]”.

É a casa menor, também inserida no terreno do sobrado, na parte inferior esquerda de quem olha, com portão, muro de taipa e cerca divisória, ao lado da casa do rancho de passageiros.

“[...] uma chácara defronte da residência do falecido inventariado no lugar denominado Figueira, constante de uma morada de casas de dois lanços, paredes de mão, cobertas de telha [...]”.

É a casa pequena, do lado direito da imagem, de frente para a casa grande, com um terreno baldio abaixo.

*“[...] duas pequenas moradas de casas de paredes
mã, cobertas de telha e um rancho de passageiros e um
terreno misto todo murado de taipa com dezesseis braças
de testada com todos os fundos ... que servem de pasto
fechado, no lugar denominado Figueira [...]”.*

São as duas casas, na parte inferior, do lado direito, onde aparecem homens e animais de tropa.

O inventário ainda mostra e confirma o que a imagem apenas sugere: a importância do estudo da economia e do modo de vida através dos bens domésticos e profissionais, num período marcado por mudanças, sob o signo da diversificação das atividades ligadas ao comércio praticado pelo homem livre e “aventureiro” na busca de novas oportunidades (transporte de gêneros alimentícios, vestuário, objetos domésticos em lombo de burros, exportação, importação e abastecimento das zonas urbanas e rurais da vila).

No período, a economia da vila de Guaratinguetá estava baseada na agricultura do açúcar e do café, na produção de mantimentos, na criação de animais, no comércio de beira de estrada, nas lojas de fazenda seca e no comércio de tropas para transporte de mercadorias, e o Alferes José Monteiro Silva, natural da vila de Cunha, , destacou-se nas duas últimas atividades.

Nascido e falecido, em 28/02/1827, em Guaratinguetá, estabeleceu-se nessa vila por volta de 1822, onde trabalhou com tropas para transporte do café e com loja de fazenda seca, em sociedade com o Alferes Francisco José da Costa Vitoriano (filho de Dona Ignês Teodora, construtora da igreja de Santa Rita), sendo qualificado, em 1825, no recenseamento da vila, como “*comerciante a grosso*”. Foi casado duas vezes, a primeira com, e a segunda com Ana Angélica de Jesus (família Rabelo Leite).

Entre os bens encontra-se uma tropa de aluguel, em viagem para o Rio de Janeiro, material completo de ferraria e carpintaria, serviço de tropas, e propriedades rurais na vila (Morro Vermelho) dedicadas ao plantio da cana e a fabricação de aguardente, 39 escravos, um sítio no Jacuí-Mirim, na vila de Cunha, para a criação de gado e outros animais (em sociedade com o filho, José Vieira dos Santos), serraria e ferraria na chácara (associado ao genro, Vitoriano Manuel de Andrade), assim como uma rede de crédito considerável (17:751\$605 nas mãos de 44 indivíduos), representando quase 50% da sua fortuna pessoal, avaliada em 39:582\$792, e uma sociedade comercial com outro genro, Antônio Tertuliano dos Santos (talvez o pai do Barão de Silveiras), com sede na capital do Império, na Rua do Rosário, que deve ter facilitado, em muito, a diversificação, negociação e comercialização dos produtos na vila e em toda a região, e que estão arrolados pormenorizadamente no inventário. Era, portanto, homem de considerável posse, mostrando-se como um dos principais comerciantes da vila de Guaratinguetá, senão um dos únicos, a praticar o

comércio fixo e volante, que ao gerir seus negócios, de volta para a região, criou uma interessante rede de relacionamentos sociais e creditícios, conciliando a atividade mercantil com o de usurário, possivelmente financiando comerciantes de pequeno porte, emprestando-lhes dinheiro a juros ou fornecendo-lhes mercadorias de sua loja (atacado e varejo), principalmente artigos de vestuário e objetos de mesa, criando, assim, uma rede que abarcava empregados, familiares, agregados e compadres, que redistribuíam os seus produtos nas áreas rurais da vila e na região.

Com 59 anos, ao falecer, além de ter diversificado as atividades através de maior acúmulo e rentabilidade nos negócios ligados ao abastecimento, conquistou, também, destaque sócio-econômico como senhor de escravos e proprietário de terras, obtidos por meio da utilização de mecanismos diferenciados de ascensão econômica e social acessível a poucos, entre eles, o casamento com dote, em família de posse, ligada ao comércio com Parati e possuidora de grandes extensões de terra na vila de Cunha, e o aprendizado, durante alguns anos, no comércio da cidade do Rio de Janeiro, trabalhando certamente em casas comerciais de destaque, o que lhe valeu experiência e acúmulo financeiro, principalmente com o futuro genro, Antônio Tertuliano dos Santos, que possuía extensa rede de comércio espalhada por toda a Província de São Paulo (escravista que vendeu 192 escravos entre 1828 e 1830).

Entre os bens móveis foram arrolados peças de vestuário, adornos em ouro e prata, e objetos de cozinha, como colheres, garfos, facas de prata, e ainda,

alfaias, imagens e objetos para realização de atos religiosos, que denotam a elegância inglesa e francesa (nos hábitos em geral) existente no interior da chácara, como resultado do prestígio e status social e da intensa ligação com a praça carioca, embora ainda houvesse, e muito, a rusticidade presenciada por alguns viajantes estrangeiros.

No seu testamento, escrito e assinado por Vitoriano Manuel de Andrade, mostrou preocupação com os negócios e com o destino da alma, deixando, também, recomendações sobre o pagamento da legítima materna dos filhos do 1º casamento, a distribuição de donativos para a família, assim como, dinheiro para as obras da matriz e da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Até mesmo com relação ao segundo casamento, declarou estar em dia com as cláusulas do contrato nupcial feito por escritura pública. É a identificação com a elite proprietária.

Todos os bens foram partilhados entre os filhos: Alferes José Vieira dos Santos (casado em 1819, em Cunha, com Maria do Carmo, fª do Alferes Antônio Ferraz de Oliveira e de Rita Maria dos Santos); Alferes José Thomaz Monteiro Silva (casado em 1830, em Cunha, com Maria José do Carmo, fª do Alferes Antônio Ferraz de Oliveira e de Rita Maria dos Santos); Mariana Francisca das Chagas (casada com Antônio Tertuliano dos Santos); Antônio Justino Monteiro Silva (casado em 1827, em Cunha, com Luiza Maria de Toledo, fª de Joaquim Gomes de Siqueira e de Zelinda Maria de Toledo); Maria

Rita dos Santos (casada em 1813, em Cunha, com o Vitoriano Manuel de Andrade); Cândido Euzébio Monteiro Silva; Maria Estuarda.

Referências

Bibliografia

ALVES, Maurício Martins. **Formas de viver: formação de laços parentais entre cativos de Taubaté, 1680-1848**. Rio de Janeiro, 2001. 416 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. **Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material**, São Paulo, v. 12, p. 129-160, jan./dez. 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentista**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3 ed., São Paulo: Ed. Kairós, 1983. 235p.

HONDA, Laércio. **Francisco Pinheiro: as atividades de um comerciante de grosso trato na América Portuguesa – 1703-1749**. Dissertação de Mestrado em História Econômica. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem a Província de São Paulo.**

São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. (Biblioteca Histórica Paulista, VI).

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **O Mercado Carioca de Crédito – da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750).** Rio de Janeiro:

Estudos Históricos, nº 29, 2002.

Manuscritos

Museu Frei Galvão – Arquivo Memória de Guaratinguetá – Inventários do 1º e 2º Ofícios, 1710-1960.